

cultura: imagens e representações

# ESTUDOS DO SÉCULO

# XX

número 8 . 2008

**“Heróis do lar, nação católica e rural”:  
os livros únicos do ensino  
primário no Estado Novo**

**Augusto José Monteiro**

**Augusto José Monteiro.** Mestre em História Moderna. Professor aposentado do Ensino Secundário. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Os manuais escolares desempenham um papel essencial no contexto escolar; esclarecem-nos sobre intenções políticas; fornecem “elementos de leitura e de descodificação do real”. Eles são, no dizer de Alain Choppin, o “espelho” no qual se reflecte a “imagem” que a sociedade quer dar dela própria (um “reflexo deformado”, muitas vezes “idealizado”).<sup>1</sup>

Todos os regimes – e em especial os mais autoritários, porque mais ciosos das suas “verdades” – acabam por controlar a produção e a circulação dos compêndios escolares.<sup>2</sup> Os de leitura, materiais didácticos de grande alcance social e de utilização intensiva (sobretudo no ensino primário), contam-se, pela diversidade das temáticas e pela sua potencial força normativa, entre os que são alvo de maior investimento e controlo. (Além do mais, como se sublinha em 1934, a “língua é o mais rendoso instrumento educativo”, porque por ali “se realiza o comércio das ideias e dos sentimentos”).

## 1. Os “livros úteis” de C. Pacheco

No período que vai de 1935 a 1940, correspondente à “consolidação do regime”, ter-se-ia assistido “à plena afirmação do poder pessoal de Salazar numa Europa onde triunfam os ditadores e os chefes carismáticos dos regimes fascistas e autoritários”.<sup>3</sup>

Carneiro Pacheco, que assume a pasta da Instrução no início de 1936, teve uma acção decisiva na construção dessa escola que devia ser, como o Chefe pretendia, a “sagrada oficina das almas.” Como ministro (1936-1940), será o executor da “reforma educacional salazarista...”<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> CHOPPIN, Alain – *Manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette, 1992: revelam, pelo que dizem e pelo que calam, o estado dos conhecimentos e os estereótipos de uma sociedade. Instrumentos culturais, ideológicos e pedagógicos elucidam-nos sobre os “níveis ideativos” (conhecimentos, saberes, valores, crenças), “como corpo de ideias que ao mesmo tempo agem sobre a vida real e a reflectem” – ALMEIDA, Miguel Vale de – “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo”. In: O’NEILL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais (orgs.) - *Lugares de Aqui. Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991, p. 245-261, p. 247. “No concerto ideológico do aparelho do Estado, o manual tende a veicular a ideologia dominante...”; muitas vezes, é ele que “influencia e determina a prática pedagógica” – BRITO, Ana Parracho – “A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões”. In: CASTRO, Rui Vieira; RODRIGUES, Angelina; e outros (orgs.) - *Manuais escolares. Estatuto, funções, história*. Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 139-148, p. 139-142.

<sup>2</sup> São “objectos culturais autoritários”: o seu discurso é erigido “ao plano de um universal”. (“Escondem a sua historicidade”) – ver MATOS, Sérgio Campos - *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. A sua autoridade resulta do facto de prescrever “como verdade e como ciência determinado conhecimento” (embora silencie muitos saberes...) – ver MAGALHÃES, Justino Pereira de - “Um apontamento para a história do manual escolar “entre a produção e a representação”. In: *Manuais escolares...*, p. 279-301.

<sup>3</sup> ROSAS, Fernando – “Salazar, António de Oliveira”. In: ROSAS, Fernando Rosas e BRITO, J. M. Brandão (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996, p. 861-876, p. 868-869.

<sup>4</sup> ROSAS, Fernando – “Carneiro Pacheco, António Faria”. In: *Dicionário enciclopédico de História de Portugal*. Alfa: 1985, p. 106. Sobre a acção do ministro ver MATOS, Helena - *Salazar. A propaganda (1934-1938)*, vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 2004, p. 141-293 e “Manual em Estado Novo”. In: *Revista do Expresso*, 9 de Setembro de 2000, p. 54-62; ver, também, “Pacheco, António Faria Carneiro”. In: *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 709-719. Para S. C. Matos, com esta reforma prevalece (apesar de algumas divergências entre autores de manuais de História para o secundário) “uma versão ultranacionalista e sectária da memória colectiva institucional” – “O ultranacionalismo da memória institucional”. In: REIS, António (dir.) - *Portugal contemporâneo (1926-1958)*, vol. IV. Lisboa: Alfa, 1990,

Em 1936 ter-se-ia iniciado, segundo alguns, uma nova fase na política educativa – que se estende até ao pós-Guerra (1947) – que se caracteriza “pela tentativa de edificação da escola nacionalista, baseada numa forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral: a escola é investida [principalmente como uma agência, não de transmissão de conhecimentos (instrução) mas de formação da consciência (educação)]”.<sup>5</sup> Porque “as palavras são as ferramentas das oficinas das almas”, era necessário que os manuais escolares ganhassem mais eficácia como “instrumentos” ideológicos”.

O Decreto-Lei n.º 27.279 de 24 de Novembro de 1936, ao estabelecer as bases em que devia assentar o ensino primário, determinou que, a cada classe do (obrigatório) ensino elementar, corresponderia um “único livro, compreendendo as matérias de todas as disciplinas”. Impôs, enquanto não se concretizava este desígnio, “a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário”, tendo autorizado o ministro a adoptar as “soluções transitórias que se tornem necessárias para o ano lectivo de 1936-1937”.<sup>6</sup>

Nesta conformidade, nos fins de 1936, o ministro escrevia a Salazar: “envio-lhe oito colecções de livros de leitura que estavam aprovados e contêm já alterações impostas para serem vendidos este ano. Longe de perfeitos, já são úteis”.<sup>7</sup> As alterações nestes manuais, impostas superiormente, traduziram-se na censura de alguns textos e na introdução de novas lições que assumiram um cariz manifestamente religioso (cristão) e uma maior carga patriótica e propagandística, com invectivas contra o demo-liberalismo e a diabolização do comunismo, elogios (por vezes hiperbólicos) a Salazar, publicidade ao Estado (corporativo), ao regime e à obra edificada.<sup>8</sup> Trata-se de modificações cirúrgicas – realizadas dez anos depois do 28 de Maio e três após a institucionalização do Estado Novo que, por vezes, mal se detectam... Muitos dos vivazes livros “altera-

---

p. 339-348. Maria Filomena Mónica considera que, neste período (1936 – 1940), “na prática, as restrições curriculares traduziam-se em mais religião e menos teoria” - *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista, 1926-1939*. Lisboa: Editorial Presença, 1978, p. 282. Contudo, a inflexão da política de C. Pacheco não teria sido “exactamente um ponto de partida”: os primeiros sinais da mutação remontam a 1931.

<sup>5</sup> NÓVOA, António – “A Educação Nacional” (cit. de M. F. Mónica). In: ROSAS, Fernando (coord.) - *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. (*Nova história de Portugal*, vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Lisboa: Ed. Presença, 1992, p. 455-519, p. 458-459. NÓVOA, A. – “Educação nacional”. In: *Dicionário de História do Estado Novo*, pp. 287-288. (O ministério passa a chamar-se, em 1936, da Educação Nacional).

<sup>6</sup> Tudo começou com a Lei n.º 1941, de 11.04.1936, que havia estipulado compêndios únicos de leitura para o ensino primário e para as disciplinas de História de Portugal, História Geral, Filosofia e Moral nos outros graus de ensino (à excepção do superior). O regime de livros únicos já tinha vigorado, de 1895 a 1905, como elemento de um “projecto de socialização política nacionalista não sectária”. Vai aparecer, agora, no contexto de um programa “nacionalista e corporativo de inculcação autoritária e sectária” – MATOS, S. C. - ob. cit., 1990, p. 62-63. O problema destes “livros únicos” (de leitura) para o primário, só começa a resolver-se em 1940.

<sup>7</sup> Ver MATOS, Helena – ob. cit., p. 203-207 e art. cit., pp. 54-62. No estudo, que realizámos, “As verdades que convêm à Nação”: como Carneiro Pacheco reescreveu os livros de leitura do ensino primário” (a publicar in *Actas do Seminário Internacional de Coimbra* – Novembro 2007 – “Estados autoritários e totalitários e suas representações...”), são analisadas as modificações feitas em vários manuais.

<sup>8</sup> Procedimentos semelhantes não eram inéditos: na I República, livros de leitura, do período anterior, haviam sido ajustados, com alterações que se traduziram, sobretudo, no corte de textos de cariz religioso. Em 1937, são feitas alterações nos compêndios de história, da escola primária, provenientes da I República.

dos” são provenientes da I República e até, num ou noutro caso, dos fins da Monarquia. (Tudo isto comprova inequívocas continuidades e manifestas inércias...) Os compêndios, assim reformulados, “são apenas uma parte (...) do reforço do discurso ideológico do Estado Novo nas escolas”.<sup>9</sup> Fizeram as vezes dos “livros únicos”, enquanto estes (que deviam ser sinónimo de “obras perfeitas”) não apareceram....<sup>10</sup>

## 2. Os “livros perfeitos” – as verdadeiras “estrelas”

Como fomos sugerindo, de acordo com as decisões de 1936 (reafirmadas e complementadas em 1937 e 1940), cada uma das classes seria dotada com um “livro único”. Como as “obras de qualidade”, na óptica dos “encomendadores”, não apareciam, os responsáveis acabaram por nomear (em 1940) uma “comissão de pedagogos e artistas” que seriam responsáveis pela sua feitura.<sup>11</sup> Estas personalidades, que integram a comissão(?), vão ser os autores desses “únicos livros” que correspondem, provavelmente, aos manuais “perfeitos” que Carneiro Pacheco idealizara...<sup>12</sup> Mas, quando é publicado o primeiro *O livro da 1.ª classe*, em 1941, já não estava à frente do ministério.

Acrescente-se que o processo de produção do conjunto das obras foi lento: *O livro da segunda classe* sai em 1944 e *O livro de leitura da 3.ª classe* em 1951. As pressas não eram muitas: os desígnios doutrinários mais significativos estavam assegurados com os “livros úteis.”

A utilização privilegiada e hegemónica dos “únicos livros”, que vão ser “livros únicos”, confere-lhe um papel decisivo. A sua utilização era verdadeiramente intensiva, porque eram (praticamente e de facto), até à 4.ª classe, os únicos manuais de que os alunos dispunham.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> Helena Matos – art. cit., p. 54 e 57.

<sup>10</sup> A matriz de quase todos os manuais é estabelecida aqui. É grande o êxito da “fórmula” fixada em 1936-1937. Alguns, em especial os da 4ª classe que continuam a ser adoptados, só voltariam a ser ligeiramente “tocados” nos anos 60.

<sup>11</sup> Ver, em especial, Dec. n.º 30316, de 14.03.1940: como os livros a concurso não tinham agradado, “é autorizado o Ministro da Educação Nacional a nomear, ouvida a Junta Nacional de Educação, uma comissão de pedagogos e artistas, escolhidos de entre os de reconhecido mérito, para a elaboração e ilustração dos textos do livro único(...)”. Dada a coerência do projecto, poderiam ter sido produzidos pela(s) mesma(s) comissão(ões). No caso de “equipas” diferentes, também não é de afastar a hipótese de haver elementos comuns. Não conseguimos identificar a(s) “comissão(ões)” e os seus elementos. Pelo trabalho apresentado, seriam autores de “reconhecido mérito”.

<sup>12</sup> Esperava-se tanto destas obras que, em 1937, subvertendo a lógica que se devia observar, justificava-se a aprovação de novos programas do ensino elementar, pela necessidade de elaborar os “livros únicos” (ver Dec. 27 603 de 29 de Março).

<sup>13</sup> Havia manuais de Educação Cívica e Moral (para todas as classes), mas eram pouco utilizados. Em 1955 tenta-se aplicar, à 4ª classe, sem resultado, o regime de livro único em vigor para o elementar. Para além de não se ter imposto, nesta classe, o “livro único”, havia outros manuais de matérias específicas (como, por exemplo, de História e de Geografia). A 4.ª classe só se torna obrigatória em 1956 (para o sexo masculino); universaliza-se em 1960. Estes “livros únicos” são analisados por Maria Velho da Costa (BIVAR, Maria de Fátima - *Ensino primário e ideologia*. 2ª ed.. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 22 e 31-153). Nos fins dos anos 60 - a partir de 1967 -, aparecem novos livros, para a 1ª e 2.ª classes, aprovados oficialmente, também com a chancela do Ministério.

Estes “livros únicos” vêm na “sequência” (na linha) dos que eram adoptados (ou aprovados) oficialmente; são, essencialmente, o corolário dos que haviam sido reformulados. Mas, pelos objectivos visados, cada um dos livros vai ser verdadeiramente abrangente: “... com a concentração do texto relativo às disciplinas de cada classe em um só compêndio receberá a criança (...) a ideia da unidade da cultura...”<sup>14</sup> Cada um destes livros era *o livro*... por excelência, como se fosse uma súpula e uma “bíblia”. (Mesmo o da 3.<sup>a</sup> classe, dito de *leitura*, ostenta no rosto: *O livro da terceira classe*). O livro que fosse todos os livros. Um só e único... Um só livro para tudo...

Para muito boa gente, que fez a escola primária, constituíram importantes obras de referência. Pelas suas características (inovadoras), pelo seu carácter excludente e pelo tempo que se mantiveram em cartaz, transformaram-se em “verdadeiras estrelas” do universo dos livros escolares. Contribuíram para a “formação” – *informação*, *conformação*, *deformação* –, formatação –, de sucessivas “fornadas” de alunos. Marcaram - e atrevemo-nos a dizer que ainda marcam - muitos espíritos...<sup>15</sup>

Três “livros únicos” – um grande desígnio...

### *Estrutura e ideias-força*

A estrutura dos três livros é (praticamente) a mesma: conhece apenas ligeiras adaptações e/ou alterações, ditadas pelas diferentes exigências curriculares (que resultam do nível etário dos alunos). Para os manuais da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup>: “leitura”, *doutrina cristã* e *aritmética*. Para o da 3.<sup>a</sup> classe: “leitura” – mais enriquecida e variada (como seria previsível) – e *doutrina cristã*.<sup>16</sup>

Os manuais veiculam a educação religiosa formal que era “receitada” pela Igreja e apoiada pelos poderes públicos. As secções religiosas constituem um autêntico catecismo e as de “leitura” inserem textos que têm como objecto a doutrina (cristã) e preceitos religiosos. Como é sabido, um dos superiores desígnios dos governantes e das autoridades (religiosas e civis) era “recatolicizar” a nação.<sup>17</sup> (Não se esqueça que a I República tinha “podado” os textos religiosos dos compêndios). Como já foi sublinhado,

---

<sup>14</sup> Decreto n.º 27 882 (Dir. Geral do Ens. Primário - 21 de Julho de 1937). Deviam integrar a Língua portuguesa, a Moral, a Aritmética e, ainda, Educação Física e o Canto Coral. O parágrafo único do artigo 2.º acabou por ter um acolhimento bem menos visível (no concernente aos conteúdos), embora se mantenha o “espírito”: “quanto às disciplinas de educação física e de canto coral, o livro único, além de explicar a sua relação com os fins e a orgânica da Mocidade Portuguesa, conterà trechos, máximas e cânticos que estimulem o seu exercício no sentido espiritual da vida e como preparação para o serviço da Pátria”.

<sup>15</sup> Pelos meados dos anos 80 foram “reeditados”, numa tentativa de apaziguar recordações saudosistas e regressivas. Têm prosseguido, aliás, as “reedições”. Estas “ressurreições” resultam, também, de um “neo-saudosismo” que marca os nossos dias.

<sup>16</sup> Cf. FERREIRA, António Gomes - “O Portugal do Estado Novo para as crianças do ensino primário”. In: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIII, nº 3, 1999. Coimbra: Fac. de Psic. e Ciências da Educação, p. 137-153. Fica por esclarecer “como os diferentes professores encaravam essa parte relativa ao catecismo”, p. 140. As matérias menos trabalhadas, em situação escolar, teriam sido, em princípio, as das secções da *religião* e da *aritmética*.

<sup>17</sup> Veja-se o que se passa em Espanha... Atente-se nas similitudes... Apenas um significativo exemplo: o famoso *El parvulito* de ALVAREZ (Antonio Alvarez Perez) – uma espécie de cartilha e de livro de iniciação à

“ao contrário dos Livros de Leitura do período da República e dos do período pós-25 de Abril (...), o ensino religioso aparece como parte integrante do ensino da leitura e da escrita”.<sup>18</sup>

Detectam-se claramente ideias-força básicas, que integram um núcleo duro e que vão ser orquestradas em vários tons... As temáticas mais favorecidas, nos livros da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup> classes, são as da família, da moral e do cristianismo (catolicismo) – um receituário de prescrições éticas e morais, subordinadas à religião. No da 2.<sup>a</sup> abre-se mais espaço para lições que têm como tema a escola, o país (em especial o rural) e a pátria e ainda para algumas narrativas de “proveito e exemplo”.

No da 3.<sup>a</sup> há mais textos ficcionais; já se divulgam temas de carácter “científico”; há lições de história – esta “disciplina” não consta dos anteriores - e outras que, com ênfase, visam a formação cívica (e patriótica) e abordam o “universo político”; os conteúdos têm um carácter mais ideologizado e propagandístico.

É muito significativo, como veremos, o universo das lições que se alimentam do húmus do Portugal aldeão e rural, que fazem a apologia da *pax ruris* – que celebram a *aurea mediocritas* que, em boa medida, lhe está associada –, que enaltecem os valores e as virtudes do mundo campestre. No da 3.<sup>a</sup> classe formam mesmo um verdadeiro *corpus* doutrinário. Como nota M. V. de Almeida, o que surge “como original” no livro (da 3.<sup>a</sup> Classe) é “a sobreposição, a coincidência entre os valores transmitidos pelo Estado e os valores da sociedade camponesa, então largamente maioritária em Portugal”.<sup>19</sup> (Considerações semelhantes podem ser aplicadas, em boa parte, aos da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes).

Salta à vista, nas três obras, uma grande valorização da ruralidade que era a “forma natural” da sociedade estar e a que melhor se coadunava com “o viver habitualmente.”<sup>20</sup> É tão grande, em correlação com toda esta ambiência, a alegria espiritual que pode advir das vivências campestres, é de uma natureza tão superior essa felicidade, que caracteriza o estado de alma das gentes rústicas, que resolvemos designá-la por *felicitas ruris*. A alma do Portugal autêntico pulsava no campo... Não há tristeza, nem “tristeza contentinha”; há alegria e satisfação com os trabalhos e os dias. As próprias dificuldades dos rústicos, porque redentoras no plano espiritual, são assumidas com orgulho e sentidas como desígnios da vontade de Deus.

Queria-se fazer acreditar que se estava a gerar um Portugal que vivia feliz, embora não estivesse completamente matriculado na FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, criada em 1935 e reformulada nos anos 40). E que extravasava esse contentamento. Nada lhe faltava. Gostava do que fazia. (“Não há trabalho custoso,

---

leitura –, profusamente ilustrado (com desenhos do autor) apresenta semelhanças com o *Livro da primeira classe*. São muitos os textos “catequéticos” (religiosos e políticos). Em *Justo y Pastor* (pp. 74-75) dá-se o exemplo de dois meninos que preferem morrer a ofender Deus... *Viriato* (p. 30) é herói e guerreiro espanhol. Em *El alzamiento nacional* (p. 108) salienta-se que “todos los días había tiros por las calles e se quemaban las iglesias (...) para acabar com todo esto, Franco se sublevó”. (Autorização eclesiástica do bispo de Zamora; aprovado pelo Consejo Nacional de Educación em 1958 - Valladolid, 1965). Em Portugal não era exigida a aprovação eclesiástica explícita.

<sup>18</sup> ALMEIDA, M. V. de - art. cit., p. 260.

<sup>19</sup> Art. cit., p. 249.

<sup>20</sup> Ver MEDINA, João – *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a ditadura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 68-74.



quando não falta a vontade de trabalhar” – *Os ceifeiros*, 3ª classe). Vivia na graça do Senhor. Tinha chefes que velavam por ele. O presente era seguro e o futuro risonho!..

Para melhor compreender a incidência apologética neste universo de valores, refiram-se palavras de António Ferro, a propósito da escolha de Monsanto como a aldeia mais portuguesa. Releva essa *felicitas ruris* que fazia com que o “desprendido” e “esclarecido” povo (e se havia povo rural...) vivesse no sétimo céu... “Este povo [de Monsanto] vive contente a rezar, a dançar e a cantar, dando lições de optimismo às cidades fatigadas, pessimistas, compreendendo, como poucos, o ressurgimento português, mais ávido de bens espirituais – a escola, a igreja, a família – do que materiais. As necessidades são muitas (...) mas com os olhos cheios de estrelas e o coração cheio de cantigas, considera-se feliz porque sente o céu mais perto do que nunca”.<sup>21</sup>

A utilização de textos de “inspiração rural” representa uma continuidade. Não é uma criação estadonovista, embora a sua incidência saia reforçada – em consonância com valores que conscientemente se queriam impor – nestes livros dos anos 40.<sup>22</sup> Há um fundo (matricial) que vem de longe: este apego ao mundo rural, com exaltação dos seus encantos e dos seus valores, e esta celebração da *pax ruris* já são bem visíveis nos livros oitocentistas (do ocaso da Monarquia) e estão inscritos nos manuais da I República. Aliás, este lastro ideológico, que se mantém com poucas alterações e atravessa regimes e sistemas políticos – a política muda menos as coisas do que parece... –, está presente nos compêndios de leitura de outras nações como a França. (Está em força nos tempos da III República e continua a figurar, à primeira vista surpreendentemente, nos livros da V República). Pelo cotejo, que temos vindo a fazer, detectam-se semelhanças nas representações, desta e de outras realidades, que surgem nos manuais franceses.<sup>23</sup>

O certo é que, nestes “livros únicos”, são especialmente significativas as marcas relacionadas com uma sociedade rural particularmente arcaica. Não era, com certeza,

---

<sup>21</sup> “A aldeia mais portuguesa”, discurso de 04.02.1939. In: *Prémios literários (1934-47)*, Lisboa: SNI, 1950, p. 93. Já havia quem recusasse essas visões idílicas: Ferreira Dias contesta a política oficial por eleger comunidades “atrasadas”. Como sugere Joana Brites (artigo a publicar, in *Actas do Seminário Internacional de Coimbra, Novembro de 2007, “Estados autoritários e totalitários e suas representações...”*) investia-se na “presepificação da realidade” e na (acrescento eu) “presepificação” do país... Um país que devia ser uma imitação graciosa - pelas figuras e pelos cenários - dos presépios de Machado de Castro... Numa das *Entrevistas de António Ferro a Salazar* (Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003, p.19), o modernista Ferro descreve uma cena que vê numa “estrada saloia”: “figurinhas ingénuas e toscas, que parecem recortadas dos presépios de Machado de Castro...” O “apego ruralista” de Salazar acompanha-o até ao fim: “a faina agrícola (...) é acima de tudo uma vocação de pobreza, mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o homem e lhe permite viver (...); por mim (...) continuaria a preferir a agricultura à indústria; mas se quereis ser ricos não chegareis lá pela agricultura” – Discurso de 28/01/1965. In: MEDINA, João - ob. cit., p.71. (Ver, sobre esta ambiência, MEDINA, João – ob. cit., em especial p. 67-80; MELO, Daniel - *Salazarismo e cultura popular (1936-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 44-50, 75-79, 85-103, 208-229).

<sup>22</sup> Ver FERREIRA, António Gomes – art. cit., p. 142.

<sup>23</sup> Ver MOLLO, Susanne – *A escola na sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1979 (França, 1969). Manuais que estavam ainda em vigor, nos anos 60, em França, apresentam características idênticas. Lá como cá, há inércias que pesam... (O “mental” atrasa-se em relação ao económico e ao social...). “A predominância do campo e da vida campestre” tem consequências facilmente detectáveis “na representação da sociedade e dos sistemas de valores”. Os trabalhos campestres recompensam o esforço dispendido e dão saúde. “A aldeia constitui a unidade da sociedade francesa nos livros de leitura.” (p. 98). Nos anos 50 e 60 estes modelos eram pouco compatíveis com uma sociedade que se industrializa: ver p. 79-165 (*maxime*: 98-113, 164-165).

um Portugal assim que, certas elites e algumas figuras públicas (mesmo comprometidas com o regime), mais interessadas no desenvolvimento (económico e social) da nação, estavam apostadas em manter... Estes textos tornam-se cada vez mais arcaicos e dissonantes, à medida que o tempo passa, em relação à realidade de um país que, apesar das limitações, se desenvolve e industrializa.

São obras que nos informam tanto sobre a representação da sociedade na escola como sobre o sistema de valores dos educadores... As crianças deviam aprender alguns fundamentos de um catecismo básico: as principais virtudes de um povo residiam na fidelidade a Deus, à pátria e à família.<sup>24</sup> (Através das crianças, lembram-se estas verdades ao povo).

Nas páginas destes livros (em especial no da 3.<sup>a</sup>, surgem alguns “heróis do mar” e há algumas alusões ao “nobre povo” e à “nação valente e imortal”, mas o que as marca sobretudo, e o que mais as povoa, são os *heróis* (melhor: as *heroínas*) *do lar...* e a *nação religiosa e rural...* Os “livros únicos” mantêm-se inalteráveis ao longo de muitos anos. (Sinalizámos apenas duas alterações pontuais – quase imperceptíveis – que foram impostas por alterações políticas).

### 2.1. *O livro da primeira classe: o melhor dos livros?*<sup>25</sup>

É muito inovador no panorama nacional. E é, muito provavelmente, tendo em conta as características dos destinatários, o mais bem concebido da trilogia. Foi alvo de um qualificado investimento, não apenas no domínio das ideias e no campo pedagógico, mas também no que respeita à composição gráfica. Representa um enorme salto qualitativo em relação aos seus antecessores, em especial no campo da ilustração e da iconografia. O investimento estético foi feito, essencialmente, no capítulo da “cartilha” e na secção de *Aritmética*.<sup>26</sup>

A parte respeitante ao “livro de leitura” constitui o núcleo mais importante, pelas manifestas preocupações normativas, socializadoras e doutrinárias e por ser a mais glosada e trabalhada.

#### Normas, princípios e deveres

Fica-nos a sensação, após uma análise desses textos para leitura, de estarmos perante um “bê-á-bá” dos valores que deviam nortear as crianças e dos deveres – para

---

<sup>24</sup> Cf., a propósito, ALMEIDA, M. V. de - art. cit., p. 256-259. Ver FERREIRA, António Gomes – art. cit., p. 137-153: são livros eficazes no que respeita “à formação de uma mentalidade nacionalista e católica”. Os responsáveis ter-se-iam inspirado “nos manuais escolares italianos (produzidos de acordo com a ideologia do regime que aí vigorava). Traçam, também, um conjunto de representações da escola e da escolarização – ver exemplos em PAULO, João Carlos – “A ensinar como um mestre”. Manuais e organização da cultura escolar em perspectiva histórica”. In: *Manuais escolares...*, p. 355-356 e 360-361.

<sup>25</sup> Servimo-nos da 3.<sup>a</sup> edição (1944), Ensino Primário Elementar, ed. Domingos Barreira, Porto e da de 1958 (8.<sup>a</sup> edição). Esta última é do mesmo ano das que consultámos para a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> classes. (Foi esta, a 8.<sup>a</sup>, a que Maria Velho da Costa analisou). A versão de 1958 é decalcada, com uma ligeira alteração, da de 1944.

<sup>26</sup> A primeira secção é composta pela “cartilha” das primeiras letras – que inclui alguns brevíssimos textos – e pelo “livro de leitura”, com pequenas lições. Depois vêm a doutrina religiosa (católica) e a *Aritmética*.

com elas próprias, os familiares, o próximo (e a sociedade), as autoridades e Deus... – que deviam observar e cumprir.<sup>27</sup> Ao praticarem boas obras, estariam a agradar aos familiares, aos professores, a Deus... Dar aos pobrezinhos – sempre... Não importa o quê ... Pode ser mesmo aquilo de que não se necessita, ou que é supérfluo.<sup>28</sup>

A mãe dá um prato de sopa ao pobrezinho (*Os pobrezinhos*, p. 63). O menino fica comovido: “Que pena tive do pobrezinho!” A mãe acha que “é caso para isso” e explica-lhe que “os pobres são nossos irmãos”. (Invoca os ensinamentos de Jesus). Esta é a célebre lição que Leite Pinto, já na qualidade de ex-ministro, denunciou como um mau exemplo...<sup>29</sup>

Era simples dar alegria aos progenitores: só havia que seguir os conselhos contidos neste pequeno poema: “Se os meninos são bonzinhos/ e se portam sempre bem,/se estudam nos seus livrinhos,/ hão-de ver os seus paizinhos/ alegres, como ninguém” (*Quando os meninos são bons*, p. 57).

### “Heroínas do lar” e imagens da mulher...

Estas heroínas são omnipresentes: mulheres virtuosas, respeitadoras, resignadas e altruístas. Incansáveis trabalhadoras (no lar), educadoras e cuidadoras. Mães e esposas exemplares... A família é um “centro de interesse” com *habitat* estabelecido na maioria das páginas. É o “reverso de um colectivo que só tem lugar em duas actividades: a festa religiosa e o trabalho agrícola”. Filhos e filhas (mais estas do que aqueles), pais e, sobretudo, mães (estas vão ter um tratamento especial), avôs e avós (especialmente estas) são protagonistas e intervenientes episódicos; são o principal assunto, o principal objecto; são pretexto e substância; pontificam na narrativa ou subsumem-se nela. (Interagem uns com os outros...)<sup>30</sup>

A mãe, que contracena normalmente com os filhos (em especial com as filhas), obedientes e submissos, é a personagem mais visível. Exemplo de virtudes, modelo a imitar... Informa, ensina, modera, moraliza, educa... (A palavra é aceite e converte facilmente estas crianças que são, muitas vezes, as narradoras). Uma só mulher verdadeira, embora três distintas: mãe, esposa e doméstica. A mulher – fada do lar – não

---

<sup>27</sup> Numa história (contada já em manuais da I República), a moral é evidente: “não devemos deixar condenar os inocentes” – *O relógio quebrado* (p. 75). As crianças deviam cultivar o estudo. Mas havia outras tarefas que podiam (e deviam) desempenhar. A Rosinha, com oito anos, fica contente com *O primeiro trabalho*: levar o jantar ao pai que trabalha no campo (p. 64). Deviam aprender a gostar dos animais e das plantas; a estimar as árvores e a plantá-las; a serem asseadas e a portarem-se bem na escola... (Ver: p. 55, 56, 88-89, 59-60).

<sup>28</sup> A *Menina de bom coração* quer dar às companheiras as roupas e os brinquedos “mais velhinhos, que ainda são bons”. (O Menino Jesus tinha-lhe dado brinquedos novos...). Conta com o apoio da mãe (p. 59). Leia-se ainda: *O ceguinho* – p. 76, *A flor e a abelha* e *A joaninha e o verdelhão* – p. 79-81.

<sup>29</sup> “Porque prepara todas as crianças para a aceitação da miséria como um fenómeno natural” e traduz uma mentalidade retrógrada e miserabilista (resignadamente aceite) que obsta ao progresso. Em 1966, confessa que não conseguiu retirá-la do manual... In: Reis, António (dir.) – ob. cit., p. 271-278.

<sup>30</sup> *O avô* (p. 62) é convincente a este respeito: “Avô, filha e neto: três gerações (...). Um laço de amor e de ternura liga o passado ao presente. (...)” Ver outras lições elucidativas: *A família*, p. 61; *Dai alegria à vossa mãe* (p. 65) ensina o que deviam fazer os filhos e, em especial, as filhas para a alegrar; ver, ainda: pp. 62, 69, 70, 72, 74, 78, 82, 84. Textos aparentados com estes podem ser encontrados nos manuais de que a democracia francesa se servia...

devia trabalhar fora de casa... (Ao homem competia o sustento da família). São mães concebidas à imagem e semelhança da mãe de Cristo.<sup>31</sup>

São inúmeras as lições que veiculam imagens, representações, estereótipos, *clichés*, pré-conceitos (preconceitos) e pré-juízos (prejuízos) do género feminino, que se desejavam interiorizados desde muito cedo. Praticamente não são referidas ocupações para além da de “doméstica”.<sup>32</sup> Transparece mesmo uma nítida divisão sexual de gostos e de tarefas.<sup>33</sup>

Em *A dona de casa*, que abre o capítulo da “leitura”, “Emilita é muito esperta e desembaraçada, e gosta de ajudar a mãe.

“Minha mãe: Já sei varrer a cozinha, arrumar as cadeiras e limpar o pó. Deixe-me pôr hoje a mesa para o jantar.

“Está bem, minha filha. Quando fores grande hás-de ser boa dona de casa” (p. 55).

### Do universo rural...

Das lições que vivem da exaltação deste mundo, algumas são de “dupla entrada” – também louvam o amor familiar e exemplificam comportamentos que se devem ter.

Além disso, muita da iconografia, pelo que documenta, aí se inspira e para aí remete: plantas, animais, gentes, paisagens, cenas da vida do campo, jogos e brincadeiras. Logo na 1.<sup>a</sup> parte (na “cartilha”) a lição sobre ditongos (*ai, ui*) é ilustrada com três vinhetas: dois meninos servem-se destas onomatopeias para traduzirem as dores resultantes dos ferimentos provocados por uma queda, quando tentavam “tirar” um ninho (p. 6). É outra forma de dissuadir as crianças a não praticarem esse tão apetecido “desporto nacional” que vem de tempos antigos (já aparece condenado nos livros dos fins da Monarquia)... Outras páginas – com frases soltas ou com breves textos - têm passagens e cenas alusivas ao campo, ilustradas com expressiva iconografia do mundo rural. Na parte do “livro de leitura”, diversas lições, pelos conteúdos e mensagens, remetem deliberadamente para essa ambiência. Incluem-se também, pelo parentesco próximo, as actividades piscatórias.

---

<sup>31</sup> Apenas um exemplo... Em *Nossa Senhora*, pp. 106-108, lê-se: “Da mesma maneira que as mãezinhas cá na terra olham por nós, assim Nossa Senhora nos guarda e nos protege lá no Céu” (p.107). A família nuclear, como Vale de Almeida acentua para o livro da 3.<sup>a</sup> classe, aparece como “réplica-neste-mundo”, da Sagrada Família – art. cit., p. 256.

<sup>32</sup> As camponesas aparecem representadas. Há uma gravura que nos mostra uma família de pescadores (p. 119) Estas mulheres também eram domésticas. Universos, ensinamentos e exemplos semelhantes surgem nas obras francesas (ver MOLLO, Susanne ob. cit., p. 122-147).

<sup>33</sup> As meninas brincam às mães e às donas de casa: *O arroz-doce*, p. 59; *O primeiro trabalho*, p. 64; *A oração de uma menina*, p. 74; *Quando eu for grande*, p. 84. Ocupações tipicamente femininas de um lado (ilustram as primeiras páginas antes do texto), e especificamente masculinas do outro (nas últimas páginas depois do texto). Sobre a condição feminina, ver VAQUINHAS, Irene (coord.) - *Estudos sobre as mulheres na sociedade portuguesa do século XX: entre garçons e fadas do lar*. Coimbra: Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, 2004. Deparamos com o “estereótipo tradicional” da mãe e da esposa e com o “padrão oficial” da mulher submissa e conformada...” (ob. cit., p. 7-8 e 11).



Uma composição de qualidade para  
 “os trabalhos (domésticos e rurais) e os dias”...

## Do ensino religioso...

É um livro posto ao serviço do catolicismo (mais, porventura, do que os seus congêneres da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes). São frequentíssimas as alusões religiosas: orações, súplicas, agradecimentos; intimidades com Deus, com o Menino Jesus, com a Senhora; referências a símbolos religiosos; deveres cristãos, obrigações morais, prática dos mandamentos de Deus e das virtudes cristãs. Ler e ver para crer... São inúmeras as ilustrações que, mais ou menos expressamente, se servem de símbolos e de ícones religiosos e litúrgicos.<sup>34</sup>

Logo na primeira parte (“cartilha”, p. 4-53), temos alguns apontamentos que invocam o mundo religioso.<sup>35</sup> Passando à 2.<sup>a</sup> parte desta secção de “leitura”, acumulam-se os exemplos... É a avó, ajoelhada “diante do Crucifixo”, que pede pelo netinho: “Fazei-o como o pai, obediente à Vossa Lei, bom para si e útil à Pátria” (*O Carlinhos*, p. 58). É *A oração de uma menina* (p. 74) de cinco anos que, depois da refeição, “ergue as mãos e diz, a sorrir: – Ó meu Menino Jesus, obrigada. Um beijo e um chi-coração, por teres dado à tua amiguinha a sopa, o doce e as uvas”. Esqueceu-se, provavelmente, de agradecer o prato substancial! (Pelo aspecto da criança, documentado pelo texto e pela iconografia, teve direito, com certeza, a refeição completa). É a criança, filha do pescador, que, ao ver a agonia da mãe, suplica: “Ó meu Menino Jesus! Tem pena da Mãezinha e de mim. Não deixes morrer o meu Pai...” É grande a tempestade, “o barco é pequeno, pode voltar-se e o Paizinho ir para o fundo”. Vêm, depois, estas justificadas preocupações: “Se ele morre, quem nos há-de dar o pão e a roupa, os livros e os brinquedos?!” Pescadores, com barcos pequenos,

<sup>34</sup> Na secção da “doutrina cristã”, p. 91-112, as páginas são ilustradas (no cabeçalho) com motivos religiosos; há ilustrações gritantemente religiosas e outras com símbolos “escondidos” – p. 4, 18, 27, 33, 35, 74, 93, 99, 101, 107, 109.

<sup>35</sup> Alusões à Virgem (explicáveis, também, pelas ligações entre Maria e as mães). Uma imagem de Maria ocupa praticamente toda a página: “É a Mãe de Deus e a Santa Mãe de todos nós. Veneremos Maria! Avé Maria!” (p. 27).

desde que não fossem “para o fundo”, podiam dar aos filhos tudo o que lhes fazia falta – até brinquedos... (*O pescador*, p. 72. Pai, mãe e respectivos diminutivos – é tudo maiusculizado).<sup>36</sup> É o ensinamento de *Respeitai as autoridades* (p. 75): “É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades”. É a ânsia das crianças que querem ser servidas de Deus (*Quando eu for grande*, p. 84).

Prossigamos com a secção de doutrina católica (p. 91-112): *Deus, A oração, A Santíssima Trindade, Jesus Cristo, O Pai-nosso, Nossa Senhora, Os anjos, Verdades da fé... A oração* (p. 98-99) – que merecia uma transcrição integral - ensina o que as crianças devem dizer a Deus: “Um bom menino não reza só por si; reza pelos pais, pelos manos, pelos amiguinhos, por todas as pessoas, reza pela Pátria, reza pela Igreja”. Na primeira página (p. 93) figuram as orações que devem ser recitadas *Antes e Depois da aula*.<sup>37</sup>

Embora não apareça ao longo do livro, o Deus juiz (justiceiro), que é preciso temer e rezear, acaba por ser revelado neste capítulo.<sup>38</sup> As “aparições” de Fátima (p. 106), para provar quanto *Nossa Senhora* “nos ama” (aos portugueses), não são esquecidas.



Doutrinação política e religiosa...

## Alguns textos paradigmáticos

*A felicidade da Filomena “dona de casa”; o pastor realizado; o riso do filho do carpinteiro...*

Eis algumas lições que se impõem: pela celebração da *aurea mediocritas* e porque nos fornecem elementos valiosos para ajudar a radiografar os ditames que deveriam nortejar uma sociedade que se queria arcaica, tradicionalista e conservadora... Era suposto o mundo não ter a “triste ideia de ir mudando”. Se mudava, tanto pior para o mundo!

<sup>36</sup> É o criacionismo ensinado pela mãe: *Foi Deus, meu amor!*, p. 83. É o pai que, após confessar que vem cansado do trabalho, diz: “É para os meus filhos que eu trabalho. Deus me ajude a criá-los” (*A família* – p. 61). É *O canto do rouxinol* que louva a Virgem (p. 81).

<sup>37</sup> Destacam-se algumas passagens: *Antes (...)*: “Professor: Jesus, divino Mestre,/ Todos: iluminai a minha inteligência, dirigi a minha vontade, purificai o meu coração, para que eu seja cristão fiel a Deus e cidadão útil à Pátria”. (...) *Depois da aula*: “Professor: Abençoai, Senhor,/ Todos: a Vossa Igreja,/ a nossa Pátria, /os nossos Governantes,/ as nossas famílias/ e todas as escolas de Portugal”.

<sup>38</sup> “Se somos obedientes à Sua lei, Deus premeia-nos. Se desobedecemos, se nos esquecemos de Deus, Deus castiga-nos. *Deus é remunerador* (assim se qualifica) - p. 97.

Começamos pela que dá a conhecer as grandes ambições das crianças que declaram as “profissões” que gostariam de desempenhar. As ânsias de felicidade dos pequenos protagonistas pouco têm que ver com projectos de promoção e de mobilidade sociais. Assim se transmitia, com este e outros textos similares, a “ordem natural das coisas” e se ensinava a “viver habitualmente”...

(...) Fazendo projectos de futuro, o Manuel declara aos companheiros:

– Eu, quando for grande, quero ser aviador. Hei-de voar como os passarinhos e ainda mais alto.

O José: – Pois eu hei-de ser médico. Quero descobrir remédios para curar a minha avó, que está entevada.

O Carlos: – Isso é bom. Mas eu antes queria ser padre, ter uma igreja, um altar, dizer missa e pregar sermões.

– Eu então, disse o Fernando, quero ser lavrador como o meu pai: cultivar as minhas terras, montar nos meus cavalos, tratar das minhas árvores.

– E tu, Beatriz, que queres ser quando fores grande?

– Quero ser professora. Gosto muito dos livros e queria ter uma escola com muitas meninas para ensinar.

– E eu, disse a Clarinha, gostava de ser missionária, ir para muito longe ensinar doutrina aos pretinhos.

– Pois eu, gritou a Filomena batendo as palmas, quero ser dona de casa como a nossa mãe!”  
(*Quando eu for grande*, p. 84-85).

Parece faltar uma criança que se identificasse com um agente da autoridade: – “E eu, disse o Augusto, gostava de ser polícia, para manter a ordem, que tão necessária é à nossa Pátria, e para fazer cumprir as leis”... (O “retrato” ficaria mais completo...).

Feliz a Pátria que tem pastores assim realizados, que tanto gostam do que fazem e que vivem em harmonia com a natureza e com a sua família (os animais do seu rebanho). Para a história ser mais ternurenta e envolvente, só há ovelhinhas “mansas e boas” e cordeirinhos “lindos” que parecem “meninos pequenos”, não há azougadas cabrinhas, nem estouvados cabritinhos!... Num ambiente idílico - onde não falta a flauta rústica -, herdado dos longínquos romances pastoris, *O pastor* tem diálogos e gestos comovedores com as ovelhinhas; há mesmo uma relação de interacção que poderá ser considerada suspeita por espíritos mais puritanos!...<sup>39</sup>

Não esquecer os felizes e realizados trabalhadores agrícolas, que encontraremos mais à frente, tão “irmãos” deste pegureiro...

---

<sup>39</sup> Leia-se a confissão do pastor a quem perguntam: “Gostas da tua vida?”: “– Se gosto! (...). São tão mansas as minhas ovelhinhas... Quando elas caminham pelos carreiros, entre giestas, parece que toda a serra escuta o tilintar das campainhas. Que linda música! Quando elas, fartas, descansam, sento-me numa pedra e então é a minha flauta que canta e diz a minha alegria. Nunca me aborreço... Quando nascem os cordeirinhos, fico todo contente porque eles são lindos e parecem meninos pequenos. Levo-os com jeito ao colo, para não se magoarem nas pedras duras. E as mães, todas satisfeitas, seguem-me, e até parece que querem dizer-me:

– Cautela, amigo! Não deixes cair o meu filhinho! Não o abandones! Olha o lobo...

E todas me conhecem. Todas me seguem e me obedecem, mansinhas e boas. Como não hei-de gostar da minha vida de pastor?” (p. 89).

Era fundamental aprender, desde pequeno, a respeitar os superiores e as autoridades. Essa era, como vimos, a vontade de Deus...<sup>40</sup> Mas era mais fácil ser submisso e acatar a(s) autoridade(s) se fosse reconhecida a notável obra e a acção benfazeja dos governantes do Estado Novo, das suas instituições e dos seus servidores (todos tão bonzinhos). São histórias delicadoces e previsíveis.<sup>41</sup>

“– Gostei tanto de ir hoje à escola, minha mãe! A senhora professora estava muito contente, porque inaugurou uma cantina, onde os meninos pobres podem almoçar de graça. (...) O filho do carpinteiro, a quem eu às vezes dava da minha merenda, de vez em quando ria-se para nós, como que a dizer:

– Está ótima a sopinha!

Perguntei à senhora professora quem tinha feito tanto bem à nossa escola e ela respondeu-me:

– Foi o Estado Novo, que gosta muito das crianças e para elas tem mandado fazer escolas e cantinas, creches e parques (...).” (*A cantina escolar*, p. 68).

\*

Não podemos deixar de referir, pelos propósitos visados pela instituição, as várias alusões escritas e (sobretudo) iconográficas à Mocidade Portuguesa<sup>42</sup> – que havia sido instituída em 1936 por Carneiro Pacheco (a M.P. Feminina é criada em 1937) – que se misturam com referências aos Chefes supremos. Na letra *C* lê-se: “Carmona! Viva Carmona! Viva Carmona!” Na 8.ª edição, de 1958 – Carmona morrera em 1951 –, passou a ler-se: “Vou a casa do Costa! Ouvi cantar cocorocó!”. (Esta é uma das duas alterações a que aludimos). No *L* figura: “Lusitos! Lusitas! Viva Salazar! Viva Salazar!”

Os elementos patrióticos (e nacionalistas) assumem maior visibilidade no livro da 3.ª classe... No da 1.ª começava a sementeira...

## 2.2. Um digno continuador: *O livro da segunda classe...*

Novamente: *o livro*. (Aparece em 1944). A 6.ª edição, de que nos servimos, data de 1958.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> *Respeitai as autoridades*: “O pai é a autoridade na família. Os filhos são obrigados a ter-lhe amor, respeito e obediência. O professor é a autoridade na escola...”

<sup>41</sup> Ver, *v.g.*, *O berço* e os vestidos dados à “Mãezinha” (à “Mamã”) pobre pelas meninas da MP (p. 69).

<sup>42</sup> A capa da primeira edição era ilustrada com um lusito e uma lusita (crianças com fardas da MP). Lusitos e lusitas figuram ao longo do livro (mesmo na secção de *Aritmética*): lusitos em saudação - fascista? - e a legenda *tanta mão* (p. 21); friso de lusitas (p.48); um lusito e duas lusitas (p. 118). Duas bandeiras, a nacional e a da Mocidade, na página de rosto.

<sup>43</sup> Consultámos a 2.ª edição (1948). Esta 6.ª - a mesma de Maria Velho da Costa - é igual à 2.ª. Textos para leitura (p. 5 a 66); *Doutrina cristã*- p. 67-92 – que ostenta expressamente o título; *Aritmética* (p. 93-139) com capítulos que vão desde a *Numeração* às *Fracções*.



## Doutrina cristã

Deus e família “ e há lições que fundem os dois temas “ são dos assuntos mais tratados na parte de “leitura”... No princípio é o texto sobre *Deus* (p. 5): “No berço, aprendi a dizer Mãe. Ao colo da minha Mãe, aprendi a dizer Pai. Depois, Pai e Mãe ensinaram-me a dizer Deus”. O programa de vida queria-se inspirado pela religião: “Façamos em tudo a Sua vontade. Estudemos. Rezemos. Sejamos bons. E sere-mos alegres e felizes”. Muitas outras lições, de temática religiosa, bem mereciam ser referidas...<sup>44</sup> E, depois, lá vem a catequética secção religiosa.<sup>45</sup>

## Mais heroínas do lar...

*“Como são lindas as meninas que sabem costurar” e “dar alegria à casa”*

Prosseguem, em força, as lições, com os mesmos esteriótipos, sobre a família e o ambiente familiar... *A minha mãe* (p. 6-7) segue-se à lição sobre Deus... Mãe que pede à filha: “- Vê que na mesa nada falte ao teu pai, enquanto eu prego este botão no fato do José”. (Lições, praticamente idênticas, já haviam aparecido num dos livros da 2.<sup>a</sup> classe, de Manuel Subtil e outros).<sup>46</sup> Mãe que – como conta a menina –, para salvar o filho mais pequeno, derrama por cima dela água a ferver.

Até os raios de sol afagavam as costureirinhas (In *Cuidados de irmã* – p. 8). O menino vai aos ninhos. Rasga as calças. A irmã repreende-o. E, “com jeito de pessoa crescida, coseu as calças”. Um raio de sol que “lhe brincava no regaço” parecia dizer: “Como são lindas as meninas que sabem costurar!”

Na família aprende-se Deus e Pátria. Ainda há pouco – ver *Deus* –, pai e mãe ensinavam Deus, agora (também) ensinam Pátria... (*A família*, p. 11).<sup>47</sup> Noutro texto, a narradora parte do princípio que “a nossa casa deve em tudo mostrar alegria (...). Às meninas, em especial, compete dar essa alegria à casa”.<sup>48</sup>

---

<sup>44</sup> *O baptizado; O presépio; Jesus e Hino de amor* poemas de João de Deus; *Avé Maria; Dia de Páscoa na aldeia; Caridade; O nascimento de Jesus*.

<sup>45</sup> Temáticas: *Deus e a Criação do mundo e do homem; O primeiro homem; A Lei de Deus; Os Mistérios; A Igreja; Os Sacramentos*.

<sup>46</sup> *Leituras. II classe* - de Manuel Subtil, Cruz Filipe, Faria Artur, Gil Mendonça; Bertrand, 1933.

<sup>47</sup> A criança explica: o pai “trabalha desde manhã até à noite”; a mãe “cuida dos arranjos da casa”. “Mas os principais cuidados e desvelos de meus pais são para os seus filhos, a quem eles criam no amor de Deus e da Pátria”.

<sup>48</sup> “Apresentem-se constantemente alegres e sempre caridosas para seus pais e seus irmãos, e também para os criados, se os tiverem. Sejam cuidadosas com as roupas, com os livros e com tudo (...) Ajudem sua mãe a tratar dos serviços domésticos e dos irmãozinhos mais novos...” E, como “as flores concorrem muito para alegrar a casa”, não se devem esquecer de que “um ramalhete de flores sobre a mesa dá uma nota de alegria” (*Alegria na casa*, p. 15). Se não há textos que descrevam, explicitamente, o ambiente escolar, há mensagens (por vezes diluídas em histórias) que receitam trabalho e estudo: ver *Saber ler* (p. 25); *Como pobre de pedir* (pp. 28-29); *A alegria de saber* (p. 34); *Aprender a ser homem* (p. 39); *A prenda do Luís* (p. 37) – uma história que prima pela desumanidade do pai; *Seres da natureza* (p. 53); *O quadro da escola* (p. 20) – ver, a propósito, João Carlos Paulo - art. cit..



### Da *felicitas ruris*

Há textos que lidam com espaços e ambientes rurais: a aldeia, os campos, a natureza, a freguesia... Uns dão-nos quadros diversificados do Portugal rural; outros, destinados aos futuros agricultores, são manifestamente pedagógicos e instrutivos.<sup>49</sup>

Atente-se, também, na celebração da *felicitas ruris*, ilustrada pela alegria mobilizadora das ceifeiras e dos ceifeiros: “O calor era de abraçar, mas o rosto das ceifeiras, tisonado de sol, era sempre aberto e jovial (...). É um encanto ouvir à noite, ao luar e ao fresco, nas eiras, as canções populares, cheias de beleza, que os ceifeiros cantam em coro” (*A ceifa*, p.44). Esta *felicitas* também transparece nos poemas de Lopes Vieira (p. 56 e 64). Lá estão, ainda, os discursos e os recados para a colaboração harmoniosa do campo e da urbe.<sup>50</sup> A fraternidade e a entreadjudada deviam pautar as relações campo/cidade.

### Civismo e outros ensinamentos

Ainda não há trechos históricos, mas não se esquece a educação “política” e cívica (*Aprender a ser homem* – p. 39; *A freguesia* – p. 51).

Prosseguem as referências à Mocidade Portuguesa (*É perigoso brincar na rua*, p. 39). Carlos, que salva vários companheiros, “cumpriu bem o seu dever de *lusito*”. Como recompensa: “vai agora ser promovido a *comandante de castelo*”. A última lição, intitulada *No acampamento* (p. 66), junta as celebrações do 28 de Maio (em Lisboa) com as da Mocidade Portuguesa: “Os rapazes, direitos e firmes, como estátuas, estendem o braço. Está a ser içada a bandeira nacional!”

<sup>49</sup> *Na quinta, Na capoeira; Os cereais; Os sobreiros, Os castanheiros; A freguesia; As serras, Um passeio à serra da Estrela; Seves da natureza; O lavrador e O pastor*, poemas de Lopes Vieira, celebram bucolicamente esses fazedores do Portugal rural. Em *Defesa dos frutos* (p. 46) – o pai explica aos filhos como aparecem “os bichos que os devoram”. Agora “lá andam eles na faina de destruir os ovos (...) Se todos os agricultores procedessem do mesmo modo, desapareceriam completamente os *bichos* dos frutos...”; ver, também, *O enxame das abelhas* (p. 57). Registe-se, ainda, a existência de alguns textos de “índole científica”.

<sup>50</sup> Leiam-se as lições que acabam por ser complementares: *Os camponeses* (p. 29) e *A gente da cidade* (p. 33). *As Adivinhas*, os *Adágios populares* e a *Sabedoria popular* também têm muito que ver com as realidades rurais...

Podemos ler outras histórias (mais ou menos lúdicas) e fábulas com ensinamentos e valores moralizantes que deveriam contribuir para corrigir comportamentos e moldar atitudes.<sup>51</sup>

\*

As ilustrações marcam fortemente muitas páginas. A autoria é de Mily Possoz (1889-1968), conceituada artista plástica que integrou o movimento modernista e se notabilizou como ilustradora. As gravuras, não convencionais, inspiradas em motivos populares, impõem-se pela graciosidade (com toques líricos) e pela concepção inovadora. Tem-se a sensação de terem sido coloridas com lápis de cor; algumas parecem ter sido pensadas para ilustrar painéis de azulejos.

### 2.1.3. *O Livro de leitura da 3.<sup>a</sup> classe: mais e melhor propaganda...*<sup>52</sup>



O livro estaria – como estavam, em boa medida, os da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup> – em “simbiose com a ideologia do regime, com a sua proposta de visão do mundo e da sociedade portuguesa, a qual encontrava no real bastas confirmações, uma vez feita a adequada reinvenção ou simples reinterpretação.” Constitui um manual “de regras” da vida social. Resulta num texto sobrecarregado de “nacionalismo, ruralidade e sobreposições de história, memória e ideologia (...), reflectindo instituições como a escola e a Igreja, e processos complexos de socialização e inculcação, acaba por se configurar como um esquema totalizante de uma certa visão do mundo”.<sup>53</sup> Prossegue, com mais fôlego, a consagração do eixo axiológico e dos princípios já transmitidos nos da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup>.

---

<sup>51</sup> Vejam-se, *v. g.*: *S. Pedro e a ferradura* (p. 49); *Merecida recompensa* (p. 50) – o rapaz ganha um emprego como caixeiro, por ter entregado uma peça de roupa perdida.

<sup>52</sup> A 1.<sup>a</sup> ed. é de 1951. Servimo-nos da 4.<sup>a</sup>, de 1958. (Do mesmo ano que a da 2.<sup>a</sup> classe que analisámos). Ministério da Educação Nacional, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 213 páginas. Maria Velho da Costa e Miguel Vale de Almeida também optaram pela 4.<sup>a</sup>.

<sup>53</sup> ALMEIDA, M. V. de – art. cit., p. 260.

Mais: este “‘esquema ideal’ (legitimado em níveis divinos através de suas remetências religiosas)” consegue “condensar identidades, descurar algumas épocas históricas e destacar outras, misturar sequências ordenadas, exagerar personagens e quase obliterar quaisquer referências a outros povos a não ser o ‘português’”.<sup>54</sup>



*A Joaninha - que passa em todos os testes...*

### Grandes doses de *felicitas ruris*

São numerosas as lições “directamente referentes à vida rural, às aldeias e às actividades camponesas. Mesmo os textos sobre temas escolares, familiares e religiosos se passam em *décors* rurais...” Um país rural, habitado por gentes “cujas qualidades são a mistura equilibrada das características dos heróis com as de camponeses, o grupo perene que guarda a identidade nacional”. Não deparamos, praticamente, com referências a cidades e ao meio industrial. Nas variadas descrições das actividades campestres, destaca-se a ideia de que o trabalho agrícola “é um valor de vida em si”.<sup>55</sup> São agora mais enfáticos os textos que enaltecem esse estado de espírito que vimos designando por *felicitas ruris* (uma espécie de estado superior da *pax ruris*). Os filtros, com que é visto este mundo, são tão deformados (e deformadores), que as “fotografias” pouco têm que ver com a realidade...

*“Uma aldeia mais linda que Lisboa”; cantorias e “bagas de suor”; a felicidade de Maria da Várzea...*

João Rodrigues leva a sua aldeia para Lisboa. As outras crianças “encantam-se” com as descrições desse mundo maravilhoso. Um dos primos – “cada vez mais interessados

<sup>54</sup> Ver O’NEILL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais - “Prefácio”. In: *Lugares de aqui...*, p. 23 (na apresentação das principais ideias do escrito de M. V. de Almeida).

<sup>55</sup> Mesmo os períodos históricos abordados excluem “as épocas de mudança do rural para o urbano e do agrícola para o industrial”. Ver o levantamento dos textos que aludem ao país rural - ALMEIDA, M. V. de - art. cit., p. 250-251 e 255-256.

pela vida campesina” – chega a dizer-lhe: “Estou a ver que a tua aldeia é mais linda que a nossa Lisboa...” (*As aldeias*, pp. 7-8).<sup>56</sup>

Às mulheres mondadeiras, “a labuta não as cansa”. “Saem de casa logo de manhã cedo, a rir, como se fossem para uma festa”. Cantam todo o dia e quando regressam a casa (*As Mondas*, p. 15). O texto devia designar-se “as cantoras mondadeiras”... Em conclusão – “todo o trabalho é assim: dá saúde e alegria, mormente o que se faz ao ar livre”. (O que não acontece com o que se faz em espaços fechados). Os ceifeiros cantam (como no da 2.<sup>a</sup> classe), apesar das “bagas grossas de suor”... Depois, na mesma linha, celebra-se, entre outras, a faina alegre das vindimas.<sup>57</sup>

Em *Orgulho de mãe* (p. 43), Maria da Várzea, mãe de seis filhos, ensina à urbana D. Arminda (de Lisboa), que só tinha um filho – e que lamenta a sorte da aldeã –, o que é a verdadeira felicidade: “Pois eu, com tanto trabalho e tantos filhos, sinto-me muito feliz (...). É a vida das mulheres casadas cá da nossa aldeia. Os filhos e as canseiras que eles nos dão é que são a nossa riqueza. É por eles que nós somos felizes”. Aqui está inteira a mulher campesina, símbolo desse país rural que era a “alma de Portugal”.<sup>58</sup> Aqui estão as “mães orgulhosas” com as riquezas que Deus achou por bem conceder-lhes: filhos e fadigas...<sup>59</sup>

### Religião, muita história e educação cívica...

Na secção de *Doutrina cristã* (pp. 185-213) conta-se a “história maravilhosa do Filho de Deus”, de acordo com os Evangelhos, sublinha-se o valor da alma, do amor cristão e da caridade.<sup>60</sup>

#### *Ad majorem lusitaniae gloriam...*

Nos textos de história – com heróis sem mácula<sup>61</sup> – as temáticas e os objectos são consentâneos com os objectivos visados. A demonstrar que há uma “historiografia escolar.

---

<sup>56</sup> *A vida no campo* (p.12): Manuel António “extasiado e pondo os olhos no pai, sentia crescer lá dentro de si uma grande vontade de ser lavrador.” Foi para soldado, mas voltou à terra cheio de saudades. “Tem hoje um rancho de filhos. Trabalha e é feliz..”

<sup>57</sup> “A alegria com que aïram para o ar as suas cantigas, fazem-nos crer na sua felicidade” – *Os ceifeiros* (p. 57). *As vindimas* “são o trabalho mais alegre das fainas agrícolas” (p. 73). Sabendo da alegria das mondadeiras e dos ceifeiros, imagine-se qual não seria a dos vindimadores! Os homens encarregados de regar “costumam levar o dia cantando” (*As regas*, p. 56). Em *Os rebanhos* (p. 39), há um pastor feliz que dorme a sesta, “à sombra de árvores frondosas...” Outras lições ensinam a natureza e os costumes do campo.

<sup>58</sup> Cf. o poema de Abílio Mesquita, *A cidade e a aldeia*. In: *Livro de Leitura para a 4.<sup>a</sup> classe*, Série Escolar Educação (1933-1934). Este universo é evocado, com nostalgia, por Salazar - ver excerto de um dos seus discursos. In: *Campismo, Livro de Leitura da 4.<sup>a</sup> classe* (1968) de Joaquim Gaspar, p. 97.

<sup>59</sup> Nas proximidades destes textos, ver os que elegem como objecto a “fauna”: *A raposa*; *O lobo* – o mais feroz animal e os prejuízos que causa; *O cão*, *O gato*, *Os bois*; *Os passarinhos* e *A canção da rola*. Ver histórias com plantas e animais (p. 53, 58, 119, 71, 145). A flora – menos invocada do que nos manuais da I República – inspira o poema *O destino da árvore* (p. 67) e a prosa de Guerra Junqueiro, *A vocação da cerejeira* (p. 97), já seleccionada em publicações anteriores.

<sup>60</sup> *Nascimento, infância e vida oculta de Jesus Cristo; Vida pública de Jesus Cristo; Vida gloriosa de Nosso Senhor Jesus Cristo; Paixão e morte de Jesus Cristo*. Entre os textos religiosos pode ler-se *O lavrador da arada* (p. 138) – o pobrezinho, recolhido pelo lavrador, com todas as “mordomias”, vem a ser Jesus Cristo.

<sup>61</sup> O que não acontecia no período liberal (fins da Monarquia e 1.<sup>a</sup> República) e, por inércia, mesmo em alguns livros dos primórdios do Estado Novo.

As presenças de “os Heróis” escolhidos “são em si significativas, mas são-no mais ainda as ausências”. D. Afonso Henriques “é o [sic] personagem mais vezes referido”, mas também se destacam os heróis “consolidadores, como D. João I e o Condestável”. O período medieval “é o mais extensamente abordado”; os descobrimentos vêm a seguir em importância (“são sintetizados com a figura de Camões”).<sup>62</sup> A empresa dos “Descobrimientos foi a maior que se realizou no mundo para a dilatação da Fé e da civilização cristã. Portugal tirou dela mais glória do que riqueza” – *Conquistas e descobrimentos* (pp. 91-92).<sup>63</sup> Após a Restauração (a que se alude) e até ao Estado Novo “não há qualquer referência histórica sob a forma de um texto, o que significa quase 300 anos passados em branco. A época da ‘decadência’ não possui nem heróis, nem símbolos securizadores; as figuras exemplares são medievais ou renascentistas...”<sup>64</sup>

Lições explícitas de civismo e doutrinação política foram remetidas para a parte final do livro. *O Chefe do Estado* (p. 174), “Chefe da Grande Família Portuguesa”, ostenta agora a imagem do Presidente Américo Tomás (p. 175), recém-eleito. (Trata-se de uma alteração inevitável).<sup>65</sup> Esta é a outra diferença que detectámos no conjunto das três obras.

No livro da 2.<sup>a</sup> classe, no princípio era *Deus*, neste (da 3.<sup>a</sup>) no princípio é *A Pátria* (p. 5). *Portugal é grande* (p. 17) porque tem “possessões em quase todas as partes do mundo”. E é novamente grande, porque está a viver “uma época de prosperidade e de grandeza...” A grandiosa obra de ressurreição (realizada) serve para exaltar a capacidade empreendedora do novo regime, em contraste com a ineficácia do período republicano.<sup>66</sup> Portugal regenera-se e revive “sob a acção de um Governo” que o “impõe para a grandeza” (*O Estado Novo*, p. 161).<sup>67</sup>

## Textos literários e censura...

*Vozes de animais* (p. 93), de Pedro Dinis – haverá texto com mais sucesso?! – continua presente! (Já vem dos fins da Monarquia). Desta vez, o pardal (“daninho

---

<sup>62</sup> ALMEIDA, M. V. de - art. cit., p. 250, 252, 253. Vejam-se: *D. João I e o Condestável* (p. 75-76) – “mas o mais valente de todos os fidalgos” foi Nuno Álvares Pereira; acrescentem-se o mosteiro de *A Batalha* (p. 79) e *A Bilha de água*, lenda relacionada com Aljubarrota (p. 87).

<sup>63</sup> Heróis inevitáveis: *O infante D. Henrique*, *O Infante Santo*, *Vasco da Gama*, *Pedro Álvares Cabral*, *Afonso de Albuquerque* (“o maior português que em todos os tempos foi à Índia”); *Camões*.

<sup>64</sup> ALMEIDA, M. V. - art. cit., - p. 253-254. Em *O Terreiro do Paço e os seus monumentos* (p. 165), não se alude à obra de Pombal como estadista; o Marquês, para os autores, ainda permanecia no “limbo”. Textos de temática histórica deviam ser incluídos no livro da 3.<sup>a</sup>. Muitos alunos acabavam aqui a escolaridade.

<sup>65</sup> Ver, ainda, *O Governo da Nação* (p. 176) com a imagem de Salazar; *O dia das eleições* (p. 150) que apela ao voto das gentes rurais (em especial para a junta de freguesia); *As contribuições* (p. 123-124); *As cores da bandeira nacional* (p. 179-180); *O significado da nossa bandeira* (p. 157-158); *O hino nacional* (p. 183); *O relógio da saudade*: uma tocante narrativa (p. 147-149) sobre o amor de um emigrante (à Pátria).

<sup>66</sup> É hoje “respeitado e admirado pelas outras nações”. (É uma lição com os ingredientes que marcam textos introduzidos no tempo de Carneiro Pacheco). A Pátria é um tema que permite fazer “a ponte entre os exempla dos heróis e a cartilha de valores morais proposta aos leitores, através da construção de uma analogia e mesmo homologia Pátria/Família, Chefe de Estado/Chefe de Família, Actividade/Masculino, Passividade/Feminino, entre outras” – ALMEIDA, M. V. de - art. cit., p. 254.

<sup>67</sup> Não podiam faltar os temas, já consagrados, que apontam para a aprendizagem de atitudes e de comportamentos: *A Joaninha* que passa com distinção todos os testes para menina exemplar; *A felicidade pelo estudo* e *O Jorge*; *Na aula de trabalhos femininos*; *Os anos da mãe*; *O bom filho*. São em número razoável os textos que divulgam conhecimentos científicos elementares. Em *Cuidemos do nosso corpo* e *A higiene da casa* desaconselha-se a ida aos curandeiros e aconselha-se o recurso aos médicos.

aos campos”) não é reabilitado, como acontece em alguns livros da República: não se explica que compensa os prejuízos (como granívoro) com a sua actividade como insectívoro...<sup>68</sup>

O (excesso de) zelo dos “avaliadores”, ou a autocensura dos autores tem como resultado a eliminação dos últimos versos, do poema *A neve* (p. 173) de Augusto Gil, que sublinham os “traços miniaturais/ de uns pezitos de criança” (a caminharem sobre a neve) e colocam a interrogação desafiante e provocatória: “Mas às crianças Senhor/ Porque lhes dais tanta dor?!/ Porque padecem assim?!”. (A supressão não devia ter sido para evitar ferir a susceptibilidade dos pequenos alunos). Em primeira análise, queria-se significar, pelo silenciamento, que já não havia meninos, com pés nus, a pisarem a gélida neve. (Isso tinha sido em miseráveis tempos passados). Mas, o que a censura pretendia, com certeza, era evitar que se pensasse que Deus podia ter responsabilidade (culpa?) no sofrimento dos humanos e, em particular, das indefesas crianças.<sup>69</sup>

\*

As ilustrações são do reconhecido artista “Emmerico” (Emérico) Hartwich Nunes. Uma referência à composição do frontispício que se impõe pela densidade de figuras paradigmáticas e de símbolos que se queriam ver associados ao Portugal grandioso que se edificava.<sup>70</sup> Esta composição está em consonância com as mensagens de muitos dos conteúdos...

### Breve nota para concluir...

Ainda uma magna (e insolúvel?) questão é a da distância entre o que se dá (o que se ensina) e o que fica (o que se aprende). São complexos, também, os problemas que respeitam à assimilação da ideologia: muitas vezes, aprendizagens normativas acabam por gerar resistências e anticorpos... Tudo isto pode ajudar a explicar desfazamentos entre os ideais e os valores do Estado Novo, que se transmitem no quotidiano escolar, e o que é interiorizado ...

Certo é que a escola foi assumida como um meio fundamental para “formar”. Impõe-se, com C. Pacheco, a metáfora do *molde*, do mestre *modelador* e “escultor de almas”. A ideologia sobrepõe-se à pedagogia e vai materializar-se também, como vimos, nos manuais de leitura (da primária) que se tornam mais consequentes nos planos ideológico e axiológico. Os “livros úteis” e, sobretudo, os “únicos livros”/”livros

---

<sup>68</sup> Dos autores destaca-se Lopes Vieira e, a seguir, Correia de Oliveira. Há excertos de “romances” e de poemas populares. Textos ficcionais: *A bela infanta*, *A rainha e a sua escrava*, *A barca bela* (poemas); *Um bom conselho*, *O bom filho*, *O cavalo e o leão*; *A sentença de Salomão*; *O automóvel*, *o trem e o avião* (um dos raros textos que aborda o progresso, mas o que se visa é condenar o orgulho...)

<sup>69</sup> No popular e persistente *Livro da 4ª classe* da “Série Escolar Educação”, também se fazem estes cortes.

<sup>70</sup> Cf. TORGAL, Luís Reis – “Ensino da história”. In: *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 454. Emérico Nunes (1888-1968) teve ligações a Amadeu de Sousa Cardoso; notabilizou-se no campo da ilustração humorística e da caricatura. Sobre as ilustrações que documentam as principais temáticas, cf. ALMEIDA, M. V. de – art. cit., p. 251, 252, 253, 257.

únicos”, que vêm depois, vão estar assumidamente (a partir dos inícios dos anos 40), como instrumentos de formação de consciências, ao serviço do ideário do regime. Destes “livros únicos”, que reafirmam as componentes de inculcação ideológica e de doutrinação moral, vê-se melhor, o salazarismo...